

Aspectos do autoritarismo brasileiro: formação social, dependência e neoliberalismo.

Mario Junior
UFABC

Resumo

A atual ofensiva autoritária brasileira, em curso desde o acirramento político nas eleições presidenciais de 2014 e o “golpe branco” de 2016 contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, consolida-se com a ascensão do projeto de extrema-direita ultraneoliberal nas eleições de 2018. Combinando neoliberalismo com chauvinismo ultrarreacionário, têm raízes no período de refluxo ou estagnação que vai da redemocratização a partir dos anos 1980, conforme as organizações de resistência às ditaduras militares instauradas nas décadas de 60 e 70 se estabelecem como interlocutores dos trabalhadores e setores populares, opondo-se a agenda neoliberal que caracteriza a década seguinte. Com exceção de Cuba, esse processo atravessa a América Latina como um todo, sobretudo, a parte sul-americana do continente, dominada no pós-revolução cubana por ditaduras militares de extrema-direita apoiadas pelo imperialismo norte-americano no bojo da Guerra Fria. Após esse período, o autoritarismo ressurgiu no continente latinoamericano com a crise econômica global desencadeada nos Estados Unidos a partir de 2008, restabelecendo o neoliberalismo como reação à onda progressista-desenvolvimentista que se consolida após a década neoliberal de 1990. Dito isto, essa reflexão propõe no âmbito do capitalismo dependente e periférico, apontar as especificidades do autoritarismo brasileiro combinado à recente ofensiva neoliberal, enfatizando a nossa formação social e modo de produção típicos diante do processo histórico latinoamericano.

Palavras-chaves: autoritarismo, capitalismo dependente e periférico, “questão social”, luta de classes.

Abstract

The current Brazilian authoritarian offensive, ongoing since the political heat in the 2014 presidential elections and the 2016 "white coup" against the elected president Dilma Rousseff, is consolidated with the rise of the ultraneoliberal far-right project in the 2018 elections. Combining neoliberalism with ultra-reactionary chauvinism, they have roots in the period of ebb or stagnation that goes from the redemocratization from the 1980s, as the organizations of resistance to the military dictatorships established in the 60s and 70s establish themselves as interlocutors of workers and popular sectors, opposing the neoliberal agenda that characterizes the following decade. With the exception of Cuba, this process goes through Latin America as a whole, especially the South American part of the continent, dominated in the post-Cuban revolution by extreme right-wing military dictatorships supported by US imperialism in context of the Cold War. After this period, authoritarianism resurfaced in the Latin American continent with the global economic crisis unleashed in the

United States from 2008, reestablishing neoliberalism as a reaction to the progressive-developmental wave that was consolidated after the neoliberal decade of 1990. That said, this reflection proposes, in the context of dependent and peripheral capitalism, to point out the specificities of Brazilian authoritarianism combined with the recent neoliberal offensive, emphasizing our typical social formation and mode of production in the face of the Latin American historical process.

Keywords: authoritarianism, dependent and peripheral capitalism, "social question", class struggle.

Refletir sobre o autoritarismo brasileiro, seus padrões e contradições, peculiaridades e diferenças em relação ao modelo clássico nazifascista europeu, impõe observar tanto as especificidades do nosso processo histórico quanto o latinoamericano, dado o lugar do nosso capitalismo na divisão mundial do trabalho. Trata-se de buscar a raiz histórica do autoritarismo brasileiro, nas bases do nosso processo de formação social e o modo de produção que organiza e estrutura a sociedade na tradição ibérica à época do capital mercantil. O capitalismo brasileiro, dado o seu lugar na ordem global, caracteriza-se pelo tipo tardio, periférico e dependente. De caráter heteronômico, condicionando e tensionando as classes sociais, a luta de classes e o processo político que assegura a sua reprodução e acumulação ampliada, reorganiza e renova o padrão de dominação burguesa, sempre subordinado aos interesses e a dinâmica do capital global.

A atualidade e emergência do autoritarismo vigente na sociedade, assenta-se nos resquícios da ditadura empresarial-civil-militar de 1964. Trata-se de um tipo de dominação tecnocrática-autoritária apropriada ao estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial no contexto da Guerra Fria. O modelo cristalizado e consagrado pela ditadura de 64, porém, é uma superposição de padrões autoritários que se sucedem e reinventam-se, organizando e reorganizando a sociedade de acordo com o modus de dominação burguesa estabelecido no Brasil.

No esteio da crise econômica global de 2008 desencadeada nos EUA, com a eleição de Dilma Rousseff em 2010, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve protocolar um pedido de revisão da Lei da Anistia (6.683/79) no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a retirada da cobertura para os crimes de tortura cometidos por representantes do Estado – policiais, agentes de segurança e militares. Assim, se inicia no país um processo contundente e sistemático de desgaste entre setores civis e democráticos, forças militares e policiais, tanto da ativa quanto da reserva, suscitando animosidades e ódios em repouso. A

polarização nas eleições de 2014 intensifica esse processo, culminado com a reeleição da ex-presidenta Dilma Roussef - ex-guerrilheira e presa política - à presidência da república. Embora a Constituição Federal de 1988 consagre os Direitos Humanos entre os seus princípios fundamentais, e o Brasil seja signatário de diversos tratados, pactos e acordos internacionais relacionados ao tema, há o consenso entre setores políticos, militares e sociais conservadores de que a Lei da Anistia prevalece, ainda que violações de direitos humanos sejam considerados crimes contra a humanidade e imprescritíveis, conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Estatuto de Roma.

Em 2011 surge a Comissão Nacional da Verdade (CNV), aumentando a tensão e o antagonismo entre segmentos favoráveis ao incremento e aprofundamento da democracia, e setores conservadores e autoritários, renovando as animosidades da reconciliação mais ou menos forçada pós-Anistia de 1979. Despertando os monstros dos porões da ditadura e a sanha dos saudosistas do arbítrio, montando palanque para que os defensores, propagandistas e protagonistas do terror de estado ressurgissem com alarido na cena política¹.

Do ponto de vista sociopolítico, é importante apontar dois aspectos fundamentais nesse processo: a Guerra Fria e a hegemonia imperialista estadunidense no continente. Após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos anos 1950 e 60, os movimentos anticolonialistas avançam na África, Ásia e no mundo árabe, culminando em longos conflitos e a perda de importantes fontes de recursos naturais e mercados para as nações capitalistas centrais, colocando a América Latina em evidência como alternativa. É nesse panorama que se dá o debate das ciências sociais sobre o capitalismo na América Latina, considerando o seu processo histórico de formação social e o modo de produção no estágio da acumulação primitiva do capital. Todavia, o processo histórico brasileiro, de conformação da nação, do capitalismo e das classes sociais se dá de forma distinta do padrão clássico europeu e mesmo dos demais países vizinhos latinoamericanos. Assim, cumpre refletirmos sobre as especificidades desse processo, à luz da nossa matriz colonial, seu modo de produção típico e do seu lugar na ordem global no âmbito do surgimento do capitalismo mundial. Esse

¹ É o momento em que os oficiais do Exército Paulo Malhões e Brilhante Ustra ganham os holofotes midiáticos na Comissão Nacional da Verdade. Com postura arrogante e cínica, logo se tornam os ídolos do entulho da ditadura e da ralé antidemocrática. É ainda o momento em que o deputado Jair Bolsonaro se projeta no cenário político nacional na defesa dos militares torturadores, se protagonizando como opositor contundente à Comissão Nacional da Verdade.

processo se situa no momento de consolidação do capital mercantil, ascensão da burguesia comercial e dos modernos estados absolutistas.

Na perspectiva do materialismo histórico, Marx (1989) enfatiza que o processo de acumulação primitiva, próprio da era mercantil, remonta ao período do Renascimento, entre os séculos XIV e XVI, época das grandes navegações e descobrimentos, variando conforme as regiões por toda a Europa. É o período em que paralelo a ascensão da burguesia manufatureira e mercantil, se dá o fim da servidão, a conquista definitiva da Península Ibérica, a colonização da África e América pelos modernos Estados Absolutistas. Assim, destaca:

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inútilmente os solares”, conforme observa acertadamente Sir James Stewart. Embora o poder real, produto do desenvolvimento burguês, em seu esforço pela soberania absoluta, acelerasse pela força a dissolução das vassalagens, não foi de modo algum a causa dela. (MARX, 1989, p. 833).

O processo de acumulação primitiva que produz tanto o assalariado quanto o capitalista, conforme Marx (1989), “tem suas raízes na sujeição do trabalhador”. Contudo, foi um processo paulatino em que inúmeros fatores convergiram para a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da acumulação primitiva. O Renascimento foi fundamental, todavia, a Reforma Protestante não foi menos importante. A propósito, a Reforma é produto do Renascimento. Nos países protestantes a burguesia se consolida e desenvolve, de acordo com a maior tolerância em relação à usura e aos negócios, a ciência e a imprensa, a apologia do trabalho e da parcimônia, a liberdade de culto e dos dogmas da igreja católica, separação entre Estado e Igreja - não no sentido de “Estado laico”, mas, de igreja nacional ao invés de subordinação ao Papa. Assim o Protestantismo se espalhou pela Inglaterra, Escócia, Suíça, Holanda, França, Dinamarca, Suécia e Alemanha.

Nessa perspectiva, tanto a invenção da prensa de Gutenberg quanto a Reforma Protestante foram determinantes para a consolidação da burguesia, expressões acabadas da liberdade de pensamento, expressão e de produzir conhecimento e novas relações sociais. A primeira pôs fim ao monopólio da produção do conhecimento pela Igreja Católica, a outra estabeleceu a ética protestante em contraposição à escolástica, disseminando a ideia do labor em oposição à contemplação. Da prosperidade, parcimônia e tolerância em oposição à

pobreza, a opulência e a ortodoxia - os alicerces da ética burguesa protestante, conforme Weber (1999). Temos aqui, a base ideológica para a “sujeição do trabalhador” indicada por Marx (1989) nas origens do capitalismo.

Perry Anderson (1989), por sua vez, salienta que o Renascimento foi fundamental para a consolidação do Estado Absolutista moderno, pelo redescobrimto do direito romano e da filosofia política grega clássica. As diversas transformações que ocorreram na Europa entre os séculos XV e XVI alteraram profundamente a correlação de forças, consolidando a burguesia enquanto classe ascendente, arruinando de uma vez por todas a sociedade medieval. As mudanças estabelecidas no âmbito da vida econômica e cultural na Europa exigiram, conseqüentemente, modificações na estrutura política. Assim, segundo Anderson:

A superioridade do direito romano para a prática mercantil nas cidades residia pois não somente nas suas noções claras de propriedade absoluta, mas também nas suas tradições de equidade, nos seus critérios racionais de prova e no relevo dado a uma magistratura profissional, vantagens que os tribunais consuetudinários normalmente não ofereciam. A aceitação do direito na Europa renascentista era assim um sinal da difusão das relações capitalistas nas cidades e no campo: economicamente ela correspondia aos interesses vitais da burguesia comercial e manufatureira. (ANDERSON, 1989, p. 26).

O desenvolvimento do conceito de propriedade privada absoluta na sociedade decorre do fim da servidão, do cercamento das terras, do incremento da produção, da ampliação da divisão do trabalho e da complexidade das relações sociais demandando maior centralização do poder político. A ascensão de uma nova classe social - a burguesia - e a ampliação do comércio impõem medidas que culminam com a consolidação dos Estados Absolutistas no Ocidente.

As monarquias absolutas introduziram o exército permanente, uma burocracia permanente, o sistema fiscal nacional, a codificação do direito e os princípios do mercado unificado. Todas estas características parecem ser eminentemente capitalistas: uma vez que coincidem com o desaparecimento da servidão, uma instituição nuclear do modo de produção feudal original na Europa, as descrições do Absolutismo por Marx e Engels como um sistema de Estado representativo de um equilíbrio entre a burguesia e a nobreza, ou mesmo como uma dominação total do próprio capital, sempre pareceram plausíveis. (ANDERSON, 1989, p. 15).

Entre os séculos XIV e XVI, Marx observa que dá-se na Inglaterra ao lado do fim da servidão, a expropriação de terras dos camponeses e dos bens da Igreja Católica, adquiridos pela burguesia ascendente, produzindo uma massa de mão de obra barata e disponível à exploração pela nova classe detentora da propriedade e meios de produção. Esse processo

levará ao incremento da denominada por Marx, “legislação sanguinária contra os expropriados a partir do século XV”, de modo a sujeitá-los a esta nova nova ordem. Assim, explica:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. (MARX, 1989, p. 851).

Não é um processo linear e cumulativo de ações e acontecimentos iniciados no Renascimento que culminam com a ascensão da burguesia - e do capitalismo -, mas, a totalidade de transformações econômicas, sociais e políticas é que a consolida como classe hegemônica na luta contra a nobreza nos estertores do feudalismo. Do ponto de vista histórico, a ascensão da burguesia, a expansão marítima e comercial e, conseqüentemente, os descobrimentos, a colonização e a acumulação primitiva se inserem no longo período das Cruzadas - movimento militar-cristão com o objetivo de combater os muçulmanos e ocupar a Palestina (Terra Santa). Iniciadas no século XI, estenderam-se até o XIII, ao longo de nove expedições militares ao mundo árabe. Por sua vez, o fracasso do movimento em expulsar os muçulmanos e ocupar a região, enfraqueceu a nobreza e o clero na Europa, ampliou a crise econômica, conforme endividou os reinos e paralisou o comércio com o oriente. Esse cenário favoreceu o incremento da manufatura e a busca de novas rotas de comércio e mercados, sobretudo no norte da África, ocupada pelos portugueses desde o início do século XV - Ceuta em 1415. Por fim, a luta contra os muçulmanos prosseguiu até o final do século XV na Europa - Granada, 1492 -, quando finalmente os árabes - e judeus - foram expulsos da Península Ibérica, consolidando definitivamente os reinos de Portugal e Espanha como reinos guerreiros, conquistadores e navegadores.

A conquista da América, o processo de acumulação primitiva e o capitalismo tardio e periférico.

Segundo Marx, “o segredo da acumulação primitiva” nada guarda de “idílico”. De fato, ao contrário, caracteriza-se “pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência”. Em *O Capital*, o modo como deu-se a empresa colonial é bastante claro:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China, etc. (MARX, 1989, p. 868).

Eduardo Galeano (1978), em “As veias abertas da América Latina” informa que “o Papa Alexandre VI, que era espanhol, converteu a rainha Isabel I em dona e senhora do Novo Mundo. A expansão do reino de Castela ampliava o reino de Deus sobre a Terra”. Bulas papais no século XV faziam de Portugal senhor de territórios não cristianizados conquistados na África, consignando a exploração e a escravidão perpétua aos nativos pagãos. Por fim, o Tratado de Tordesilhas se encarrega de dividir o Novo Mundo entre portugueses e espanhóis, iniciando a pilhagem e a exploração sistemáticas dos recursos do continente e o extermínio dos seus povos originários.

De acordo com Marx (1989), esses novos capitalistas mercantis depuseram “os mestres das corporações e os senhores feudais” que controlavam a manufatura produtora de bens e riquezas na Europa. Isto é, a ascensão da burguesia mercantil e manufatureira representa o triunfo “contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, contra as corporações e os embaraços que elas criavam ao livre desenvolvimento da produção e a à livre exploração do homem pelo homem” (Marx, 1989, p. 830). Assim, a acumulação primitiva consiste no “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção”.

No contexto latino-americano, embora caracterizada pela exploração predatória, a pilhagem, a escravização e a violência, a obra da colonização deu-se de forma distinta pelo continente, conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as características sociopolíticas das metrópoles correspondentes. Nesse processo, a América Latina sempre

cumpriu um papel estratégico na gênese, consolidação e aprofundamento do capitalismo global.

Caio Prado Júnior (1962) explica que para um país de comerciantes e população reduzida como Portugal, não restava outra alternativa à Coroa senão partilhar o ônus da exploração com a burguesia local, repartindo o território em Capitânicas Hereditárias - processo adotado antes nos Açores e na Madeira - e fornecendo concessões para a exploração do Pau-Brasil. Considerando o incipiente estágio de desenvolvimento das forças produtivas de Portugal e Espanha no século XVI, Fernandes (1981) destaca que não eram suficientemente robustas para prover as “atividades mercantis” decorrentes da “descoberta, exploração e o crescimento das colônias”. Por essa razão, associam-se aos capitalistas dos Países Baixos e Veneza em busca da tecnologia, do capital, equipamentos e do mercado internacional, desempenhando meramente o papel de intermediários ou sócios subalternos no negócio mercantil.

Na história do ocidente, a ascensão do Estado português constituiu-se em um movimento que se deu por fora das grandes transformações que arruinaram a sociedade europeia feudal – Renascimento, Reforma Protestante e as revoluções científicas que indicaram a racionalização das relações sociais. Sérgio Buarque de Holanda (1963), Caio Prado Júnior (1962, 2006) e Florestan Fernandes (1975, 1981), dentre outros, destacaram a ordem senhorial como o traço típico da formação social brasileira derivada da colonização portuguesa.

O primeiro enfatizou a tradição patriarcal da família lusitana. A primazia das relações familiares na formação social brasileira seria para Holanda (1963) o que distinguiria a colonização portuguesa das outras na América. Destaca que a sociedade portuguesa, “estritamente vinculada à ideia de escravidão em que mesmo os filhos são apenas os membros livres desse organismo inteiramente subordinado ao patriarca”, caracteriza-se por um princípio de autoridade originário da esfera doméstica que vai constituir-se no “suporte mais estável da sociedade colonial”. Aí estariam as origens da indiferenciação entre público e privado, quando o ambiente doméstico oferece o parâmetro para as relações sociais e acompanha o indivíduo mesmo quando este já não está nele. Destaca ainda o ethos “aventureiro” em oposição ao ethos do trabalhador, próprio das tradições católicas, propensas à contemplação em oposição ao labor, à escolástica à razão, ao personalismo em oposição à

cooperação, ao universal e à impessoalidade. Daí a confusão entre público e privado e o caráter “cordial” do brasileiro.

Prado Júnior (1962), por sua vez, aponta que o aspecto “mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribuiu a terra”. Deste modo, nesse processo em que “a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza e com ela seus atributos naturais: o prestígio, o domínio”. Conforme “a superfície do solo e seus recursos naturais” eram as únicas riquezas dessas terras, destaca:

Aqui, só uma riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou pecuária, subordinadas ambas a posse fundiária. Assim um povo de comerciantes que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanhã da terra (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 14).

Temos aí a origem da concentração dos poderes econômicos, políticos e do latifúndio. De acordo com os principais autores do pensamento político e social brasileiro, o centro de toda organização social na colônia seria a família rural patriarcal, assentada nas grandes propriedades e na monocultura escravocrata voltada ao mercado externo, estabelecida na ordem do Estado patrimonial português, submetida à força pela ordem senhorial - “na propriedade quem domina incontestavelmente é o senhor”.

Conforme Prado Júnior (1962), a ordem social na colônia resulta da “simplicidade da infraestrutura econômica - a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida”. Enfatizando o “sentido da colonização” como fundamental do nosso capitalismo tardio, dependente e periférico, destaca:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 31)

Desde a época de sua fase mercantil, com a Companhia das Índias Ocidentais, como Evaldo Cabral (1998) nos fala, até a fase imperialista, o capitalismo europeu abre mercados através da guerra mundo afora – foi assim na América, África, Ásia, Cáucaso e Oceania. Do

comércio de africanos escravizados ao açúcar no nordeste, passando pelas especiarias na Ásia e Oceania, à partir dos séculos XVI e XVII, holandeses, espanhóis e portugueses expandem o comércio mundo afora e ampliam a acumulação através da pólvora e da pilhagem.

Desde os tempos da “Doutrina Monroe” de 1823, o capitalismo ianque segue essa lição à risca, estendendo o domínio do norte industrializado através da força sobre o continente em busca de territórios, recursos naturais e mercados. Isto porque “a produção de mercadorias pressupõe a circulação de mercadorias”, ou seja, a transformação da mercadoria em dinheiro, a “circulação monetária” é o móvel. Considerando que o “capital industrial dirige a produção”, de acordo com Marx (1989), isto é, o movimento econômico interno, inclusive a agricultura, “a produção fabrica não apenas os artigos de uso, mas também o seu valor, sua mola propulsora é, no entanto, o ganho de mais valor, cujo berço é a esfera da produção, não da circulação”.

No que diz respeito ao processo histórico brasileiro, Jacob Gorender (1981, p. 11) explica que aqui a “burguesia mercantil prospera nas formações sociais anteriores ao capitalismo, enquanto o agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia industrial”. Deste modo, nas formações de capitalismo tardio e periférico a burguesia industrial “pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu no Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender”.

Enquanto Caio Prado reflete sobre nosso processo histórico na raiz da via colonial ou o “sentido da colonização”, Jacob Gorender nas determinações do modo de produção estabelecido pelo “escravismo colonial”, Florestan Fernandes (2006), na década de 1970, tendo como interlocutores a “Teoria da Dependência”, busca analisar a “revolução burguesa” brasileira e a gênese do capitalismo nacional. Para ele não é possível “associar o senhor de engenho ao burguês”, tampouco “a aristocracia agrária à burguesia”. A aristocracia agrária e escravocrata brasileira surge “fora e acima dos marcos históricos-culturais do mundo social europeu” que deu origem à burguesia, classe revolucionária que logrou suplantar a ordem feudal na disputa pela hegemonia com a nobreza. No interior do processo de “mercantilização da produção agrária”, o senhor de engenho ocupava “posição marginal” como “agente

econômico especializado”, cujo objetivo era apenas o de “gerar riquezas para a apropriação colonial”.

Uma das consequências dessa condição consistia em que ele próprio, malgrado seus privilégios sociais, entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente (grifo nosso) e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. (FERNANDES, 2006, p. 33).

Para ele, “nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao burguês, e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização”. Portanto, se trata de buscar nos elementos estruturais as condições fundamentais para o surgimento e o “desenvolvimento da “burguesia”, considerando o modo de produção escravista na ordem do capitalismo dependente e periférico e do “padrão de civilização que orientou e continua a orientar a “vocação histórica” do povo brasileiro”, isto é, a “herança ibérica” concomitante a “via colonial”.

Conforme a elite senhorial-estamental-escravocrata era antiliberal e antiburguesa, foi a pequena burguesia mercantil (prósperos comerciantes ligados ou associados ao capital externo) que associada a essa elite, logrou incrementar a economia e alcançar status econômico e social. Os “barões do café”, associados à ascendente burguesia comercial, ampliam os seus negócios, de modo que a segunda geração dos grandes cafeicultores será a dos industriais e/ou associados dos monopólios estrangeiros de transporte e infraestrutura urbana. Florestan destaca a “modernização conservadora” e a “autocracia burguesa” como o padrão da dominação burguesa no Brasil.

Nesse sentido, Fernandes (2006) explica que perante a “emergência e expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna”, deu-se uma “acomodação” de modelos econômicos distintos e até opostos. Diante dessa constatação, desenvolve a ideia central da sua tese, contornando traços fundamentais do capitalismo brasileiro:

Dessa acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima). Sob esse aspecto, a mencionada acomodação tanto pode ser encarada como “historicamente necessária” quanto como “economicamente útil”. (FERNANDES, 2006, p. 209)

Se tratava de engendrar meios modernos de “acumulação de capital” – como acontecera desde as transições do período colonial ao neocolonial e imperial -, articulando arranjos produtivos arcaicos apropriados para otimizar - ou ampliar - essa acumulação. A expansão interna do capitalismo comercial e, adiante, do capitalismo industrial exigia a articulação de novos agentes econômicos com as elites senhoriais rurais, capazes de acomodá-los no nexo da “dominação burguesa” dos grupos “oligárquicos dominantes” e, ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade – econômica, social e política – necessária a esses setores intermediários – imigrantes do mundo dos negócios – durante a transição do “mundo pré-capitalista” para o “mundo capitalista”.

Florestan destaca que desde a Abolição e a República, a “oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império” (Fernandes, 2006, p. 245), considerando o longo processo que se segue e funda as bases de ambas, as leis Eusébio de Queiróz e Terras de 1850. Cumpria renovar-se, recompondo tais bases a partir da “ordem social emergente em expansão”, isto é, a ascendente e próspera burguesia comercial associada ao capital externo. Todavia, não se trata de processo perene, antes marcado por crises, tensões, conflitos e contradições que surgem mediante a transformação da sociedade e a conformação das “classes sociais” no processo de deslocamento do poder político da oligarquia tradicional para a moderna. Entretanto, sem rupturas, assegurando a transformação “dentro da ordem”, através de sucessivas acomodações entre “conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes”, cumpre-se a “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil” – por meio dela a oligarquia tradicional transmutada em oligarquia moderna logra forjar a mentalidade da burguesia e, “mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa”.

Esse padrão de dominação burguesa, de caráter autocrático e inclinação à adesão a procedimentos explícitos e sistemáticos de “ditadura de classe”, conforme as necessidades e interesses do capital externo “para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão”, estabelece politicamente as pressões e/ou conflitos “dentro da ordem”, restringindo o espaço político através da “ordem legal”, assegurando o controle social por meio da tutela ou repressão (Fernandes, 2006, 345). A propensão irresistível e deliberada para “empregar a violência” escancarada e “institucionalizada na defesa de interesses materiais privados” ou de objetivos “políticos particularistas”, consagra padrões

autocráticos de “autodefesa e autoprivilegiamento”, consolidando o “nacionalismo burguês” chauvinista que aproxima a “república parlamentar com o fascismo”.

Isso nos coloca, certamente, diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 2006, p. 345-346).

A constatação é a de que aquilo que a burguesia se mostra incapaz de realizar no plano privado, busca alcançar usando como “base de ação estratégica” a infraestrutura, os “recursos e o poder do Estado”. Por isso deslocou o Estado – ou o fundo público - para o foco das ações capitalistas, o que ajuda a entender a atração das elites dominantes pela associação com setores militares e jurídicos, e por fim, “pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas”, consolidando esse padrão em “uma constante das nossas “crises” desde a Proclamação da República”, passando pela repressão jurídico-policial aos anarcossindicalistas nas décadas de 1910 e 20, até o Estado Novo e a ditadura de 1964. (Fernandes, 2006, p. 357).

As “pressões dentro da ordem”, tensionadas pelas classes desfavorecidas – proletariado, camponeses, trabalhadores pobres -, associadas ou não a setores médios mais progressistas e radicais, buscando transformar-se em um movimento revolucionário “contra a ordem”, a reação do “consenso burguês”, refratário às pressões, considerando a desigual “distribuição da riqueza e do poder” em uma sociedade de classes “dependente e subdesenvolvida”, via de regra sempre foi extremamente hostil e brutal. A inexpressiva presença de estratos desfavorecidos “dentro da ordem” e a imensa massa de excluídos à margem ou “fora da ordem”, suscita o temor da radicalização em situações de instabilidade e crise da ordem burguesa de classes. Diante da possibilidade de alteração do “padrão de hegemonia burguesa”, manipulada por “setores intermediários” ou até mesmo pela “alta burguesia”, amplia-se o terror, tornando “a inquietação social algo temível”, diante do “obscurantismo intelectual e político” e do “padrão de reação” inflexível e intolerante que caracteriza a dominação burguesa brasileira, conforme os meios de “opressão e repressão” que dispõe, usa e abusa despidoradamente.

Ao mesmo tempo, reitera uma narrativa recalcitrante, chauvinista, reacionária e agressiva de defesa da ordem, estabelecendo e naturalizando o terror, o arbítrio, a repressão e o extermínio como formas de enfrentamento das contradições, dissensos e antagonismos. O Estado não tem por função essencial proteger a articulação política de classes desiguais. A sua função primordial consiste em suprimir qualquer necessidade de articulação política espontânea nas relações entre as classes, tornando-a desnecessária, uma vez que ele próprio prescreve sem apelação a ordem interna que deve prevalecer e ser obedecida. (FERNANDES, 2006, p. 400)

Nesse processo, o que se evidencia é que o “consenso burguês concilia a “tradição brasileira” de democracia restrita – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a “orientação modernizadora” de governo forte” - leia-se, autoritário. Manipulado pelo setor privado, o Estado “adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação, mas, tão somente para “satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (Fernandes, 2006, p. 406).

Como Prado Júnior, Florestan também foi um intelectual militante, comprometido e engajado nas lutas da classe trabalhadora. A sua “sociologia militante” se posicionava e entendia-se “fora e acima das universidades e instituições de pesquisas”, consciente de que “aprendemos e amadurecemos a cada convulsão que afeta o destino de nossos povos”. Florestan considera os países latino-americanos no âmbito do “dilema do capitalismo dependente”, produtos da “expansão da civilização ocidental”, isto é, um tipo moderno de “colonialismo organizado e sistemático”, adequado à adesão associada e subordinada da periferia, “dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas”.

Imperialismo e dependência na América Latina

A reorganização da economia mundial, a partir da segunda metade do século XIX, promove o incremento e ampliação da subordinação latino-americana às nações “desenvolvidas”, conforme sinalizado por Marx, Engels e Lênin. De acordo com a expansão

da indústria, o avanço da tecnologia e a incorporação de mercados através da força, tanto o capital europeu - sobretudo o inglês -, quanto o norte-americano crescem de maneira espantosa nesse período. Assim, Siqueira da Silva (2019) destaca:

A crise capitalista desse momento (1873-1896) – considerada a primeira Grande Depressão – e o intenso movimento operário da segunda metade desse século que acirrou mundialmente a luta de classes – esse último, presenciado e estudado em detalhes por Marx e Engels no conjunto de suas obras –, anunciaram uma forte reestruturação capitalista visando gerenciar a primeira grande crise estrutural do capital e retomar níveis ótimos de acumulação. Era o alvorecer da era monopolista do capital, como “fase superior do capitalismo” (LENIN, 2008), predominantemente centrada em três fortes pilares: a) a fusão de grandes grupos econômicos até então concorrentes, formando monopólios exercidos por meio de cartéis e trustes; b) o adensamento contínuo da financeirização e de seus desdobramentos, processo este possível por meio da fusão entre o velho capital bancário e o capital industrial; c) a captura orgânica dos estados nacionais como elementos intrínsecos à acumulação capitalista, momento em que os fundos públicos são fortemente utilizados para incrementar a acumulação. (SIQUEIRA DA SILVA, 2019, p. 03).

Enquanto os capitalistas europeus assaltam a África e a Ásia², os norte-americanos avançam sobre a América Latina. Assentada nas bases da “Doutrina Monroe” (1823), a dominação sobre o continente latino-americano pelos EUA defende a “América para os americanos”, alicerçada em três pilares: não aceitação da criação de novas colônias no continente pela Europa, não interferência americana em conflitos europeus e rejeição a interferência europeia em conflitos internos no continente americano. A “Doutrina Monroe” se insere no contexto da longa guerra pela independência dos Estados Unidos contra a Inglaterra e as guerras de independência da América Espanhola entre 1809 e meados do século - do México ao Uruguai. É nesse cenário que os ianques se impõem no continente, avançando militarmente sobre territórios mexicanos na década de 40 do século XIX e em Cuba, Porto Rico, Panamá e até as Filipinas com a Guerra Hispano-Americana no final da década de 1890³.

² O século XIX é a “era de ouro” do Império Britânico. Após a queda de Napoleão e o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra torna-se a grande potência mundial. A Marinha Real Britânica, desde a vitória sobre a Armada Espanhola no século XVI, domina e controla os oceanos. Assim, no século XIX o Império Britânico conquista mercados através da força militar, expandindo-se até a Rússia com a Guerra da Criméia (1853), a China com a Guerra do Ópio (1856), às guerras de ocupação na Índia até a sua anexação em 1876, a conquista do Egito em 1882 e a Guerra dos Bôeres na África do Sul em 1899.

³ A Doutrina Monroe continua atual na política externa dos Estados Unidos para a América Latina, renovando-se constantemente desde a política do Big Stick no início do século XX até a Aliança para o Progresso da Guerra Fria.

Em sua fase imperialista, o capitalismo do final do século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, adquire o seu estágio superior, conforme Lênin (1982) declara em “Imperialismo fase superior do Capitalismo”. Assim, explica que além da “partilha territorial do globo entre as grandes potências capitalistas”, a “fusão do capital bancário e industrial” formando uma “oligarquia financeira”, é essencial à “exportação de capitais” e a “formação de uniões internacionais monopolistas” - trustes e cartéis. Portanto, define esse estágio de desenvolvimento da produção como a “fase monopolista do capitalismo”, considerando que o “monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior”.

O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado. Quanto mais o capitalismo se desenvolver, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias. (LÊNIN, 1982, p. 81-82).

Nas bases da “Doutrina Monroe”, os Estados Unidos ampliam e intensificam as suas ações na América Latina, sem, no entanto, negligenciar a busca por territórios e mercados fora do continente, entrando como potência econômica e militar nas disputas imperialistas pelo mundo com as principais potências europeias. Nesse contexto, a África e a Ásia se tornam territórios privilegiados do capital imperialista europeu.

Henri Brunschwig (1974), em “A partilha da África Negra” explica como o continente africano foi dividido pelas principais potências europeias na Conferência de Berlim em 1885. A Ata Geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885, cujos signatários são a Alemanha, França, Império Austro-Húngaro, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e o Império Otomano, buscava regulamentar a liberdade de comércio no continente, a navegação e novas ocupações na costa ocidental africana, proibindo a escravização e o seu comércio, estabelecendo ainda a proteção de colonos e seus bens, a garantia de “aquisição e transmissão de suas propriedades mobiliárias e imobiliárias” e a não concessão de monopólios ou privilégios “de nenhuma espécie em matéria comercial” pelos signatários.

Conforme a expansão e o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista, intensifica-se a disputa territorial entre as principais potências em busca de mercados e matérias-primas, ampliando-se o poder dos grandes trustes, o acirramento da luta de classes e o fortalecimento do proletariado. Nesse contexto, em oposição ao internacionalismo socialista se impõe os nacionalismos - antiliberais e antidemocráticos - como reação ao fortalecimento do proletariado, ao lado do reformismo socialdemocrata nos países mais economicamente desenvolvidos e com Estados mais sólidos e robustos - exceção da Alemanha, de unificação e capitalismo tardios, em que prevalece a “via prussiana” de Bismarck.

Com efeito, após a “primavera dos povos” de 1848, a “questão social” se desvia do pensamento crítico - socialismo científico - para a tradição conservadora, na medida em que se encerra o ciclo ascendente revolucionário proletário e a hegemonia do debate passa para os conservadores, naturalizando-a e a moralizando, a despeito das suas determinações históricas (Netto, 1989, 1996, 2001). As bases teóricas e metodológicas de Marx fundam uma teoria social, aquela que expressa as condições objetivas do proletariado de superar a ordem burguesa-capitalista. Toda a sua produção descortina a reflexão “radicalmente crítica da emergência do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. [...] o traço peculiar e decisivo refere-se ao seu cariz histórico-ontológico”. (NETTO, 1989, p. 92).

Considerando que o Brasil seja uma nação de capitalismo tardio, a expansão do capital monopolista desde o fim da II Guerra e o processo de industrialização acelerado, sob influência ianque desde a era Vargas, alcança o ápice com Juscelino Kubistchek e o seu “Plano de Metas” no esteio da “Aliança para o Progresso” - plano político-militar de “apoio” técnico, econômico, social para a América Latina, com o objetivo de incentivar o “desenvolvimento” e a “segurança” no continente mantendo os seus países sob a tutela de Washington, combatendo a influência comunista após a Revolução Cubana em 1959. O processo de industrialização brasileiro - intensificado por Vargas à partir da década de 1930 -, combinado com a onda redemocratizante do pós-guerra em 1945 modifica não apenas o Estado, complexificando-o e promovendo o incremento da burocracia, mas, incide de maneira contundente na produção, ampliando o proletariado urbano, as camadas médias ligadas ao setor público, o fluxo migratório e a urbanização rápida e desordenada. Essas mudanças provocam alterações na correlação de forças entre as classes sociais, tensionando a

luta de classes em favor dos trabalhadores, demandando a ampliação de políticas sociais, serviços públicos, direitos sociais e democracia, ao mesmo tempo que desperta o terror nas classes dominantes, reverberando para os setores médios.

A abertura política decorrente do final da II Guerra favorece a expansão e a mobilização política dos trabalhadores. Há nesse período o crescimento do número de sindicatos e sindicalizados, greves e manifestações dos trabalhadores - de um lado o Trabalhismo e de outro o Comunismo se constituem nos grandes vetores das reivindicações da classe trabalhadora brasileira pós 1945 e até 64. Apesar de ter seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1947, nos primórdios da Guerra Fria e no bojo do anticomunismo chauvinista, o PCB foi uma força política considerável junto ao proletariado urbano desde a sua fundação em 1922 até fins dos anos 50, período de decadência do stalinismo e crise dos partidos comunistas mundo afora. Em 1945, o PCB possuía mais de 100 mil filiados e nas eleições daquele ano era a quarta força política mais importante do país dentre 13 legendas, elegendo um senador (Luís Carlos Prestes) e 15 deputados federais. Em janeiro de 1947, quatro meses antes de ter seu registro cassado, com grande influência sobre o movimento operário urbano, conseguiu eleger 11 deputados estaduais em São Paulo.

A industrialização e urbanização aceleradas e concentradas, a ampliação das organizações dos trabalhadores, o incremento do Estado, condicionam o aprofundamento das bases teóricas do pensamento político, econômico e social brasileiro e latino-americano. Nesse contexto, surge a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em 1948 e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) em 1955. De caráter transnacional, a CEPAL reunia economistas e cientistas sociais de diversos países da América Latina com o objetivo de refletir sobre a realidade local, buscando alternativas de desenvolvimento conforme as suas peculiaridades, através de cooperação e parcerias técnicas.

A CEPAL, com Raúl Prebisch e Celso Furtado, contribui para a afirmação de um pensamento político, social e econômico latino-americano, consolidando a tese do “desenvolvimentismo”, enfatizando a necessidade da industrialização como alternativa à política de importações que caracteriza as relações essencialmente assimétricas entre “centro” - países industriais e desenvolvidos - e “periferia” - países não-industrializados e subdesenvolvidos. O “Plano de Metas” durante o governo Juscelino Kubistchek, conduzido por Celso Furtado, foi orientado pelo paradigma cepalino da substituição de importações

promovendo a industrialização acelerada no país, conforme a receita do intervencionismo estatal keynesiano em parceria com o capital.

O ISEB, por sua vez, no esteio da CEPAL, propunha impulsionar um pensamento brasileiro nas ciências sociais capaz de contribuir para o desenvolvimento do país. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Instituto possuía um forte traço nacionalista, reunindo intelectuais como Hélio Jaguaribe, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré, dentre outros. Como instituição de estudos pós-universitários o ISEB cumpria a função de alicerçar as bases ideológicas do nacional-desenvolvimentismo, produzindo conhecimentos sobre o país que subsidiariam a intervenção estatal. O trabalho desenvolvido pela CEPAL e o ISEB culminaram na “Teoria da Dependência”, como arcabouço teórico-crítico para repensar e superar os modelos desenvolvimentistas - nacional-desenvolvimentista e o autoritário-desenvolvimentista. Além disso, retomam o pensamento de Lênin e Rosa Luxemburgo nas reflexões sobre o Imperialismo, e o de Trotski sobre “desenvolvimento desigual e combinado”.

Atualidade do imperialismo e do neoliberalismo: possibilidades de resistência e contra-ofensiva.

Na aurora do século XXI e até o final da primeira década, a América Latina passou por uma onda progressista nos seus diversos países desde a redemocratização durante a década de 1980. Após a estagnação econômica daquela década, a seguinte se caracteriza pela Globalização e o Neoliberalismo no continente, encampado pelo “Consenso de Washington”⁴. Após esse período de abertura política e econômica, hegemonia norte-americana e primazia do mercado, forças progressistas - democráticas e de centro-esquerda - e a classe trabalhadora alcançam o poder pelas vias eleitorais, desde duas décadas de acúmulo e maturação político-partidária.

⁴ O “Consenso de Washington” é o nome dado, informalmente, à reunião ocorrida em 1989 na capital dos Estados Unidos entre funcionários do alto escalão do governo e dos organismos financeiros internacionais sediados nesta cidade - BID, FMI e Banco Mundial. Proposto pelo *Institute for International Economics*, o evento *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* propunha uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região, recomendando medidas de caráter ultraliberal e antinacionais por meio dessas entidades financeiras internacionais, como condição para conceder cooperação financeira externa aos países menos desenvolvidos.

Pode-se dizer que esse processo se inicia ainda em meados dos anos 90 com o Zapatismo em Chiapas no México - Exército Zapatista de Libertação Nacional -, chamando a atenção para o movimento campestino e indígena do sul do país na resistência à ALCA - zona de livre comércio estabelecida pelos Estados Unidos no hemisfério norte. No final daquela década, Hugo Chávez chegaria à presidência na Venezuela, inaugurando o Bolivarianismo, espécie de socialismo sulamericano do século XXI - de caráter populista e nacional-desenvolvimentista. Em 2002 Lula é eleito presidente no Brasil, seguido por Néstor Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador, Fernando Lugo no Paraguai, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile e Pepe Mujica no Uruguai. Esse processo, de um modo geral, ampliou a democracia na América Latina, promoveu segmentos populares historicamente apartados do poder a protagonistas na agenda política e, sobretudo, estabeleceu políticas econômicas e sociais que alavancaram o PIB e o IDH desses países. A contra-ofensiva neoliberal e autoritária, contudo, dá-se ainda no início do século XXI, em 2002 na tentativa de golpe contra Hugo Chávez na Venezuela e no golpe contra Aristide no Haiti em 2004 sob a batuta norte-americana.

A crise econômica nos Estados Unidos em 2008, comparável ao Crash de 1929, espalha a instabilidade e o refluxo de investimentos na região, precipitando a ofensiva da direita neoliberal e autoritária no continente. Seguem-se os golpes contra Zelaya em Honduras em 2009 e Fernando Lugo em 2012 no Paraguai, até o famigerado processo de impeachment contra o PT em 2016 e Evo Morales em 2019. Com exceção de Mujica no Uruguai e Bachelet no Chile, todos os outros presidentes e ex-presidentes foram perseguidos politicamente pela burguesia associada ao projeto neoliberal autoritário, durante e após os seus mandatos, com o objetivo de desestabilizar o país, desmoralizar e criminalizar essas lideranças, projetos progressistas e a esquerda na América Latina.

Segundo Fernandes (1981), o “moderno imperialismo”, através de grandes “empresas corporativas”, ampliado no contexto da Globalização, subjuga os esforços para o “crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia” na América Latina, colocando-os à serviço dos interesses privados estrangeiros. Enquanto nos países capitalistas desenvolvidos a hegemonia norte-americana pode ser contrabalançada pelo Estado, a indústria e a burguesia nacional, em função da carência de recursos materiais, tecnológicos e humanos nos países periféricos dá-se o seguinte:

Em consequência, o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. (FERNANDES, 1981, p. 23).

Dito isto, conforme os interesses político-econômicos dos EUA é que as economias e sociedades latinas vem sendo reorganizadas, a despeito das características, potencialidades, vocações e aspirações nacionais. Em que pese a atual ofensiva da agenda neoliberal no continente, cumpre destacar duas constatações: a primeira é que o neoliberalismo na América Latina surge entre o final dos anos 1980 e início dos 90 - exceção do Chile de Pinochet na década de 1970. Tal como acontece no Brasil, Argentina, México e outros países latinoamericanos. A segunda, é que a atual onda neoliberal que paira sobre o continente trata-se de uma contra-ofensiva aos governos progressistas e de centro-esquerda que opuseram alternativas nacional-desenvolvimentistas ao neoliberalismo estabelecido entre o final dos anos 90 e início do século XXI. Portanto, trata-se de um projeto que objetiva não apenas impor “ajustes” neoliberais, mas, destruir as conquistas sociais construídas em termos de direitos e políticas alcançadas pelas classes populares e os trabalhadores desses países.

Por essas razões, é importante destacar o processo histórico latino-americano e, sobretudo, o brasileiro, nas bases da crítica materialista-dialética, destacando as peculiaridades que caracterizam e condicionam a nossa formação social e o modo de produção, considerando o lugar das nações ibéricas na ordem do capitalismo mundial. Deste modo, cumpre ampliarmos o debate com interlocutores latino-americanos, promovendo o intercâmbio de teses, alternativas e estratégias de resistência e enfrentamento à ofensiva neoliberal e autoritária que paira e se avulta sobre o continente latinoamericano.

Referências

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar, 1981.

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: L&PM Pocket, 2010.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: UnB, 1963.
- ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. “Educação ideológica” e o novo papel do Estado Capitalista no Brasil dos anos de 1950. Disponível em <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1060-2829-1-pb.pdf>>. Acesso em: 24/01/2019.
- Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria*. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf> . Acesso em: 24/01/2019.
- LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo fase superior do Capitalismo*. São Paulo: Global. 1982.
- MARX, Karl. *A Chamada Acumulação Original*. In: O Capital. Capítulo XXIV. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>>. Acesso em: 14/01/2020.
- MARX, Karl. O processo de produção do Capital. in: *O Capital, livro I*. Vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, ano X, p.89 – 102, 1989.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez. 1996.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Revista Temporalis*, São Paulo, n. 3, ano II. 2001.
- PRADO JUNIOR, C. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SIQUEIRA DA SILVA, José Fernando. *O debate crítico do serviço social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil*. Paper, São Paulo: Unifesp, 2019.
- A Dominação Britânica na Índia*. Disponível em:<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em: 24/01/2020.